



## **Caderno 02: Concepção e construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na/da escola básica: uma proposição em movimento(s)**

### **Organizadores:**

*Cristiana Ferreira dos Santos  
Daniel Barbosa da Silva  
Gerusa do Livramento Carneiro  
de Oliveira Moura  
Herbert Gomes da Silva  
Jucineide Lessa de Carvalho  
Marcos Pereira Paiva  
Renê Silva  
Roberto Sidnei Macedo*

## **UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)**

### **Presidente**

Raimundo Pereira Gonçalves Filho

### **Vice-presidente**

Anderson Passos dos Santos (Dirigente de Educação de Aratuípe)

### **Secretária de Coordenação Técnica**

Lurdinéia Almeida Guimarães (Dirigente de Educação de Andorinha)

### **Secretária de Articulação Municipal**

Dulcilene Soares Silva Kesting (Dirigente de Educação de Sobradinho)

### **Secretária de Finanças**

Gleide Almeida Souza Malaquias (Dirigente de Educação de Varzedo)

### **Secretária de Coordenação**

Lucimar de Lima Neves Azevedo (Dirigente de Educação de Santana)

## **UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNCME/BA)**

### **Coordenadora**

Gilvânia da Conceição Nascimento

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)**

Penildon Silva Filho (Pró-Reitor de Graduação)

Roberto Sidnei Alves Macedo (Diretor da Faculdade de Educação/

Coordenador do Formacce em Aberto)

## **ITAÚ SOCIAL**

Claudia Petri (Coordenadora de Implementação Regional)

Renato Brizzi (Analista de Implementação)

## **EQUIPE DO PROGRAMA DE (RE)ELABORAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS NOS MUNICÍPIOS BAIANOS**

### **Coordenadores do Programa**

Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura

Marcos Pereira Paiva

Renê Silva

### **Equipe Técnica**

Cristiana Ferreira dos Santos

Daniel Barbosa da Silva

Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura

Herbert Gomes da Silva

José Renato Gomes de Oliveira  
Jucineide Lessa de Carvalho  
Magno Pereira Bastos  
Marcos Pereira Paiva  
Roberto Sidnei Macedo

### **Formadores/as por Núcleo Formativo**

**Núcleo Formativo 01** - Acácia Barbosa dos Santos

**Núcleo Formativo 02** - Jeane Rufina de Souza Silva

**Núcleo Formativo 03** - Isa Dourado Neto de Abreu Bacelar

**Núcleo Formativo 04** - Eronize Lima Souza

**Núcleo Formativo 05** - Rogério Souza

**Núcleo Formativo 06** - Luiz Argolo de Melo

**Núcleo Formativo 07** - Carolina Freitas Castro Ribeiro

**Núcleo Formativo 08** - Zuma Evangelista Castro da Silva

**Núcleo Formativo 09** - Fernanda Karla de Santana Reis Argolo

**Núcleo Formativo 10** - Maria Cristiane Correia Maia

**Núcleo Formativo 11** - Maria das Graças Souza Moreira

**Núcleo Formativo 12** - Márcia de Freitas Cordeiro

**Núcleo Formativo 13** - Renilton da Silva Sandes

**Núcleo Formativo 14** - Karla Mychely Teles de Miranda Santana

**Núcleo Formativo 15** - Robélia Aragão da Costa

**Núcleo Formativo 16** – Rose Bonfim

**Núcleo Formativo 17** – Vitalina Silva

**Núcleo Formativo 18** - Josirlene Cardoso Lima Afonseca

**Núcleo Formativo 19** - Tânia Maria Nunes Nascimento

**Núcleo Formativo 20** - Karine Nascimento Silva

**Núcleo Formativo 21** - Luiz Ricardo Pereira de Almeida Braga

**Núcleo Formativo 22** - Edineide Vitor Costa

**Núcleo Formativo 23** - Edisio Brandão Sousa

**Núcleo Formativo 24** - Carlos Vagner da Silva Matos

**Formador de Apoio** - Anderson Crizanton Lopes de Lima

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>O(S) MOVIMENTO(S) DE CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PPP NA/DA ESCOLA, OBJETIVOS, PRINCÍPIOS LEGAIS E FUNÇÕES EDUCACIONAIS</b>	<b>2</b>
2.1	CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) NA/DA ESCOLA BÁSICA: UMA PROPOSIÇÃO EM MOVIMENTO(S)	3
2.2	MOVIMENTOS LEGAIS E FUNÇÕES EDUCACIONAIS	7
<b>3</b>	<b>PRINCÍPIOS E CONCEITOS ETNOCONSTITUTIVOS ORIENTADORES DA CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, AVALIAÇÃO E REELABORAÇÃO DO PPP NA/DA ESCOLA</b>	<b>11</b>
3.1	COM-VERSAÇÕES ETNOCONSTITUTIVA	13
3.2	AUTORIA E AUTORIZAÇÃO EMANCIPACIONISTA	14
3.3	INTERCRITICIDADE PROPOSITIVA	14
3.4	ESCUA SENSÍVEL E TRABALHO COM OS ETNOMÉTODOS DE ATORES E ATRIZES EDUCACIONAIS	15
3.5	(RE)CONTEXTUALIZAÇÃO ETNOCONSTITUTIVAS	15
3.6	UM PPP EXPERENCIAL E AUTORAL	16
3.7	UM PPP ACONTECIMENTAL E TRANSDUTIVO	16
3.8	UM PPP COSMOPOLITA/GLOCAL	17
3.9	UM PPP FORMACIONAL	17
3.10	UM PPP ENGAJADO E IMPLICADO TOMANDO PARTIDO DA ESCOLA E DOS SEUS EDUCADORES	18
3.11	INSTITUINTES CULTURAIS DO PPP E O PPP COMO INSTITUINTE CULTURAL MUTIRREFERENCIAL	19
3.12	UM ETNOPROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CONTEMPORÂNEO COMO PROJETO DE SOCIEDADE?	19
<b>4</b>	<b>MOVIMENTOS ORGANIZADOR(ES) DO PPP NA/DA ESCOLA</b>	<b>20</b>
4.1	COM-VERSAÇÕES PRÁTICAS EM ATOS	23
4.1.1	1º Ato Formacional – Estudo do Caderno e textos complementares para elaboração de questões problematizadoras	23
4.1.2	2º Ato Formacional – Orientações para organização dos encontros dos Comitês Escolares com a comunidade escolar	25
4.1.3	3º Ato Formacional – Socialização das experiências acontecimentais de escutas sensíveis	27
<b>5</b>	<b>O DEVIR DO MOVIMENTO CATA-VENTO</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>28</b>

*“A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (Freire, 1979)*

## 1 APRESENTAÇÃO

Saudações políticas e pedagógicas!

Este caderno foi pensado assumindo duas posições complementares: **orientar pautas formativas e, ao mesmo tempo, servir de texto base para atos formacionais com a construção do Projeto Político-Pedagógico.**

Para deixar em evidência essa proposta, colocaremos **quadros específicos que sugerem exemplaridades de como fomentar discussões e possibilitar a construção de elementos** que irão compor os Projetos Político-Pedagógicos **a partir dos registros e colaborações dos sujeitos participantes.** Registra-se aqui a significação de **sujeitos no sentido Freiriano.**



**Exemplaridade** aqui é entendida como uma representação de construção, **que serve de inspiração,** mas que **não se limita como modelo** certo.

Em cada etapa apresentada, pensamos que possam ser estruturadas por vocês<sup>1</sup> as pautas formativas ou os temas que fomentem os encontros, sempre organizados por **meio de ciclos de estudo, reflexão crítica, discussão, registro e elaboração de pontos focais, princípios e textos.** Também, é importante revisitar o caderno 01, estruturando o plano de ação de organização do trabalho formacional nos comitês de gestão locais e comitês escolares.

O conjunto de ideias, aqui dispostas ao longo do texto, serve de exemplaridade e **pode ser modificado e repensado de acordo com o planejamento e as particularidades do contexto de trabalho local.**

Vamos juntos nesse trabalho!

<sup>1</sup> Formadores/as, membros dos Comitês Locais de Gestão do Programa e membros dos Comitês Escolares

## 2 O(S) MOVIMENTO(S) DE CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PPP NA/DA ESCOLA, OBJETIVOS, PRINCÍPIOS LEGAIS E FUNÇÕES EDUCACIONAIS

### Para início de conversa:



Sabemos que a escola e as redes de educação possuem saberes construídos ao longo dos anos sobre o Projeto Político-Pedagógico. Nesse sentido, é importante um momento de reflexão, no qual possamos **“afrouxar” um pouco as certezas**. Para isso, indicamos como ponto de reflexão a seguinte afirmação de Veiga e Carvalho (1995, p.50):

*O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera “repetidora” de programas de “treinamento”, é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais.*

A afirmação fornece subsídios importantes para iniciar uma discussão em torno do PPP ao se pensar sobre o **papel de formação** da escola.

Os processos em que a Escola está imersa para elaboração e re-elaboração dos PPPs estão insistentemente em movimento. Esse movimento se apresenta em espiral, constatando a dinamicidade e as contradições de um *espaçotempo* que é de colaboração, mas, também é de poder.

Muitos são os sentidos e concepções sobre o PPP que disputam o nosso imaginário educacional, no entanto, ao observar o desenvolvimento do trabalho escolar em diversos territórios, **podemos evidenciar as dificuldades de implementação de um projeto que atenda a uma política de sentido** (MACEDO, 2012) e, por isso, **propomos uma perspectiva distinta**. Nosso objetivo é que a elaboração desse referencial, importante para escola, **se constitua a partir dos sujeitos** que se implicam no desenvolvimento de sua própria formação ao construírem seus PPPs, ato fundamental para que possamos **construir significados e pertencimento** nas propostas que serão elaboradas.

Nesse sentido, apresentamos algumas elaborações fundamentais, ambientadas nas discussões que orientam os diálogos propositivos do PPP.



## 2.1 CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) NA/DA ESCOLA BÁSICA: UMA PROPOSIÇÃO EM MOVIMENTO(S)

Partiremos pela etapa de fomentar as discussões que iniciarão a formação e o **levantamento de elaborações dos sujeitos em torno do PPP**. Respeitando o que foi anunciado em sua flexibilidade autoral dos sujeitos, mas vislumbrando uma introdução necessária.



A Expressão **movimento(s)** escrita nesse texto como singularidade/plural organizadora e propositiva, implica em compreender o **movimento institucional** que constrói o Programa, assim como a concepção de organização do documento que apresenta e **mobiliza a instituição dos PPP na/da Escola** Básica como **movimentos organizadores**.

A primeira elaboração fundamental é **trabalhar com a concepção e construção do Projeto Político-Pedagógico na/da Escola básica**, que nesse caso, concretizamos a partir de uma proposição em movimentos, com uma reflexão histórica, circunstancializada e referencializada sobre o PPP e, em seguida, os princípios legais e funções educacionais do projeto.

O PPP assume muitos sentidos ao se buscar defini-lo. Isso se dá pela sua natureza polissêmica e pela concepção de que tudo que construímos é perspectival e multirreferenciado, como já afirma Roberto Sidnei Macedo em sua Teoria Etnoconstitutiva (MACEDO, 2016). Um dos elementos fundamentais para compreender essa natureza do PPP **é considerar que estamos em constante reconstrução de sentidos, significados, valorações e perspectivas sobre a formação na escola**.

**Para refletir sobre a construção do PPP:**



Entre as concepções que nós temos sobre **o que é o PPP e a formação dos sujeitos, o que ainda faz sentido à luz do contexto atual?**

[...] Mesmo que não vejamos, tudo transcorre se transformando. “Nada será como antes. Nada está sendo como antes”. As coisas estão acontecendo, mesmo que não estejamos enxergando. Buscar romper com a cristalização das coisas, das ideias, dos atos, “com as velhas formas do viver”. Cada um/a em seu tempo, no seu tempo, [com seu tempo]. O tempo é o rei. Nesse sentido, talvez sejamos a chuva e/ou o vento que fustiga, que provoca. (SILVA, 2022).

Ao pensar sobre as desconstruções necessárias ao conceber o PPP é importante revisitar algumas definições que estão consolidadas em nosso imaginário educacional sobre esse elemento, que deveria **expressar as diversas vozes dos atores e atrizes da escola quanto à organização do trabalho escolar**. Vamos ilustrar nossas reflexões a partir de duas proposições, **para que possamos ressignificá-las em outra perspectiva e, por que não, transgredi-las**.

A primeira definição que podemos considerar é de Vasconcelos (2012, p. 169), ao afirmar que o PPP “é o plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.” A segunda, em uma dimensão interconectada entre político e pedagógico é de Veiga (1995, p.9), quando define que

o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Datadas em suas épocas, **ambas as concepções estão imbuídas de um sentido ou rumo** para a escolha de qualificar e definir a formação como força motriz das ações educacionais e **se consolidam por meio de uma visão de sociedade ideal** e modelo do que se espera como resultado da formação. Ora, **a sociedade é plural e diversa**, o que nos impele em refletir o quanto esses valores impregnam a formação e os objetivos que supostamente se pretende alcançar ao se reunir as intenções e expressões do devir em um PPP. **Não podemos dissociar a**

**compreensão entre multirreferencialidade e formação**, relação que aprofundaremos a posterior.

Ao mesmo tempo em que desconstruímos noções cristalizadas pelo tempo sobre o PPP, **temos que considerar que durante as últimas décadas, as com-versações sobre a relevância do Projeto Político-Pedagógico (PPP)**, suas concepções, objetivos, princípios legais e funções educacionais, **ganham evidência entre os sujeitos que compõem a escola pública**, interessados nos estudos e ações voltadas à promoção da identidade na/da escola pública, a partir das suas realidades e do comprometimento **em projetar o cenário de uma escola equitativa, democrática e com qualidade escolar para todos e todas**.

No entanto, em face ao momento atual de nossas reflexões sobre a educação, **necessitamos transpor algumas concepções** incluindo princípios como: os saberes não são propriedade privadas de uma só cultura, **o PPP é implicado por escolhas, o formativo do PPP está relacionado às experiências irredutíveis dos sujeitos**, não se pode fugir a princípios ontoculturais que passam pela construção de processos de identificação. E por esses motivos, propomos o exercício de rompimento de perspectivas tradicionais por meio de com-versações (MACEDO, 2016).

**Para fomentar com-versações:**

Refletir sobre o contexto atual e concepções que foram criadas sobre o PPP ao longo dos anos **é importante para que saibamos o que temos que reafirmar e o que temos que construir** para fomentar as escritas e declarações a serem realizadas. Para tal, **orientamos que sejam discutidos no coletivo local**, para construção do PPP, dois trechos de dois textos que consideramos importantes.

O primeiro é o texto de Veiga sobre a concepção do PPP no livro Projeto Político Pedagógico: uma construção possível p. 9 a 12.

O segundo é o capítulo II – A teoria etnoconstitutiva de currículo – TEEC: ideias nascentes, inspirações teóricas e constituição indentitárias, do livro A teoria etnoconstitutiva de currículo 2016, p. 31 a 37, com o seguinte desafio: como transpor as concepções apresentadas sobre a TEEC para o campo do PPP? É possível ler a síntese conclusiva (p. 36 e 37), **transpondo o que é dito para o currículo para o PPP?**

No bojo da discussão de construção que aqui propomos, devemos ressaltar que há uma importância **do PPP como um dos dispositivos**<sup>2</sup> de promoção da Gestão Democrática da escola, bem como a possível superação com a **estrutura rígida e verticalizada** presente no direcionamento escolar, apresentando assim a construção de um projeto de educação **comprometido com os sujeitos**.

Nesse tempo atual, devemos pensar em um documento em que são sistematizadas as propostas de **construção de uma escola plural**, democrática, **ancorada em suas realidades**, mas também **perspectivando** a sua transformação. O PPP como uma política pública na/da escola, contextualizada, localizada, articulada com sua rede de pertencimento, mas indo além dela. **Esse é o desafio!**

Após dois anos de atividades não presenciais impostas pela pandemia da



“[...] a **perspectiva** dá a ideia de horizonte em direção ao qual nós caminhamos e **a caminhada é sempre feita com alguém** [...] a perspectiva obriga a gente a uma **filosofia do diálogo**, portanto, à pluralidade de instituições, de divisões e a **caminharmos juntos** [...]” (GADOTTI, 1998, p. 15).

Covid-19, quando nossas escolas estão sendo **desafiadas a repensar a organização curricular e suas práticas pedagógicas** com intuito de (re)pensar estratégias que possam garantir minimamente o direito à educação, o movimento de conversações para (re)elaboração dos PPPs, **evidencia-se como uma grande oportunidade**, de coletivamente, potencializar aquilo que já foi pensado e **propiciar**

**novas reflexões** que contribuam na sistematização de um planejamento para

<sup>2</sup> Dispositivo “[...] É antes de mais nada uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como objeto, o sujeito, a linguagem etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direção – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações.[...]” (DELEUZE, 1996, p. 1). Em síntese, dispositivos implicam em formas de ações, realizações e subjetivações que alteram realidades, propõem e as recriam permanentemente.

“**inventar o futuro**” (GADOTTI, 1998, p.14), como uma “**ação intencional**” (VEIGA, 1995, p. 13), de “**articulação da prática**” (VASCONCELLOS, 2012, p. 169).

As discussões e os registros oriundos das reflexões pelas quais buscamos inspirar os comitês locais possuem como objetivo **formar as primeiras construções dos PPPs**, para que sirvam de início do trabalho e ressignificações de perspectivas sobre a formação e aquilo, que **enquanto coletivo escolar** queremos em nossas escolas. E para isso, deixamos uma alusão à ideia de movimento resguardada pelo cata-vento.

Como em muitas culturas em que o cata-vento é compreendido como um brinquedo<sup>3</sup> vamos nos compreendendo como quem movimenta a escola, **girando-a continuamente a favor da direção das nossas melhores in(ter)venções e(m) interações**, que provoquem e nos provoquem **alegria, leveza, encantamento, empoderamento e transformações**. Não será o PPP o lugar da organização, sistematização e registro desses movimentos? Do que estamos sendo e do que queremos ser?

Sigamos com o cata-vento a nos seguir!

## 2.2 MOVIMENTOS LEGAIS E FUNÇÕES EDUCACIONAIS

Dentro do princípio formacional do Programa, entendemos como fundamental **a compreensão dos princípios legais** que trazem a gestão democrática, a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar **como direito fundante da práxis educacional pública** e, também, a fundamentação legal a respeito da institucionalização do PPP como **documento orgânico a estrutura da escola** em sua natureza normativa e de sistematização. Por isso, nesta etapa será fomentado como devemos considerar a parte legal que pode trazer subsídios para a formação e concretização das ações propostas no PPP, emergidas dos comitês locais.

<sup>3</sup> E o que é o brinquedo, senão aquilo a que é dado o sentido lúdico pela criação, pela (re)invenção, pela autoria do sujeito que o apropria em sua capacidade brincante de colorir a vida, uma maneira de perceber e estar na realidade como se fosse a primeira vez?

O Art. 205º da Constituição Federal traz a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, respeitando o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e tendo como base a “gestão democrática do ensino público”.

A Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aponta no seu Art. 12, que os estabelecimentos de ensino deverão “elaborar e executar sua proposta pedagógica” e também destaca a importância de articulação com “as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a Escola”. Nesta perspectiva, sem dúvidas, o PPP torna-se o instrumento estratégico para essa articulação.

A LDB também garante em seu Art.13, a participação dos docentes no processo de elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino ao qual estejam vinculados. Em muitos municípios, os Estatutos do Magistério e/ou Planos de Carreiras reforçam a importância desta participação dos docentes, ora como direito, ora como dever, ou como direito e dever. Por isso, é importante observar a legislação local que normatiza a carreira do magistério. O Art. 14, ao abordar que os sistemas de ensino definirão normas da gestão democrática, traz também como um dos seus princípios a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”.

Outro aspecto legal extremamente importante de ser destacado no Art. 15, é que os sistemas de ensino devem assegurar às unidades escolares públicas “progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira”. Neste sentido, a adesão ao Movimento dos PPPs pelo município, caminha nesta direção, sobretudo ao propormos no programa a constituição de Comitê Escolar em cada unidade de ensino, com o objetivo de coordenar esse processo de elaboração do PPP junto à comunidade escolar.

Cabe também destacar que a Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, na estratégia 19.6 da Meta 19, reforça a importância de “estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos...”, e a estratégia 7.27 da meta 7, que é necessário



desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência (PNE, 2014)

Com isso, ressaltamos a importância de cada município fazer o exercício de olhar para o seu Plano Municipal de Educação e identificar as estratégias que fortalecem a participação dos profissionais da educação e da comunidade no planejamento e elaboração de propostas e projetos pedagógicos, alinhando a proposta do Movimento dos PPPs com as normativas locais. Da mesma forma, é importante em cada município, olhar para as normativas do Conselho de Educação Municipal, e no caso dos municípios que não são sistema, olhar para as normativas do Conselho Estadual de Educação, quanto aos elementos que dialogam com esse movimentos legais para o PPP.

Da mesma forma, no processo formacional de elaboração dos PPPs, é indispensável que partindo das **especificidades de cada etapa e modalidade de ensino**, os Comitês Escolares, com apoio e orientação do Comitê de Gestão Local do Programa, **observem normativas específicas locais e nacionais**, como Plano Municipal de Educação, diretrizes nacionais e locais para Educação Básica, Modalidades da Educação, **temáticas que transversalizam as etapas** e modalidades da educação, como Educação Especial e Educação das Relações Étnico-Raciais, etc.

Também será indispensável, nas com-versações sobre o currículo e o PPP, **observar** no âmbito de cada município **o Referencial Curricular elaborado** ou adotado pelo sistema de ensino.

Compartilhamos abaixo um quadro com síntese de alguns dos princípios legais que embasam o processo de elaboração do PPP. Esse **quadro pode se tornar uma atividade de com-versação formacional** em encontros do Comitê Local e dos Comitês Escolares.

LEGISLAÇÃO	TEXTO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Art. 205. <b>A educação</b> , direito de todos e dever do Estado e da família, <b>será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade</b> , visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - <b>pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas</b> , e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...] [...] VI - <b>gestão democrática do ensino público</b> , na forma da lei; [...]
Lei 9.394/96 (LDB)	<p>Art. 12. <b>Os estabelecimentos de ensino</b>, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – <b>elaborar e executar sua proposta pedagógica</b>; VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando <b>processos de integração da sociedade com a escola</b>;</p> <p>Art. 13. <b>Os docentes incumbir-se-ão de</b>: I – <b>participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino</b>; VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.</p> <p>Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – <b>participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola</b>; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.</p> <p>Art. 15. <b>Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira</b>, observadas as normas gerais de direito financeiro público.</p> <p>Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se <b>obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena</b>.</p>
Lei 13.005/2014 (PNE) – Metas 7 e 19.	<p>7.27) <b>desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar, para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas</b>, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e <b>disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência</b>;</p> <p>19.6) <b>estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos</b>, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;</p>
Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017	<p>Art. 6º <b>As propostas pedagógicas</b> das instituições ou redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, <b>devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes</b>, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB.</p> <p>Parágrafo Único. <b>As propostas pedagógicas</b> e os currículos <b>devem considerar as múltiplas dimensões dos estudantes</b>, visando seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.</p>



Após passarmos por reflexões a respeito da compreensão do conceito de PPP, constituído ao longo de nossa história educacional e pelo convite de **“descristalização”** da forma, **fazemos um convite a se pensar sobre uma outra perspectiva**, na qual deveremos considerar os princípios abaixo elencados. E para isso, relembramos a atividade de reflexão proposta anteriormente sobre a síntese conclusiva da Teoria Etnoconstitutiva.

### **3 PRINCÍPIOS E CONCEITOS ETNOCONSTITUTIVOS ORIENTADORES DA CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, AVALIAÇÃO E REELABORAÇÃO DO PPP NA/DA ESCOLA**

Agora que apresentamos alguns **elementos fundamentais** para os atores socioculturais do PPP, como a compreensão e a partilha de anseios sobre a formação, a multirreferencialidade e as normas, vamos a princípios fundamentais **para transpor a visão tradicional** que nos impede de construir uma visão não redutível ao modelo que nos afastam da experiência heterogênea das práticas.

Princípios, conceitos e práticas etnoconstitutivos<sup>4</sup> apontam fundamentalmente para o trabalho pedagógico **com os educadores e não sobre eles**. Voltam-se para o trabalho educacional dialógica e dialeticamente configurados com as experiências singulares das pessoas envolvidas nas questões e pautas do campo da educação. Nesses termos, **compreender propositivamente como a experiência das/dos que fazem a educação é ponto de partida e de chegada para a constituição de um PPP escolar**, por exemplo. É o encontro e sua potência generativa que produz compreensões e realizações nesse âmbito fundante da qualidade pedagógica da escola, suas ações e realizações.

Neste sentido, o Programa de Formação para (Re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos nas Escolas dos Municípios Baianos, **fez a opção pela continuidade do trabalho** com os princípios e fundamentos que também nortearam o **Movimento Curriculante** vivenciado no ano de 2020

um encontro curricular-formacional singular, no qual as realizações nascentes deram-se por (in)tensas com-versações curriculantes. Foi por uma itinerância formacional intercrítica propositiva que a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/BA)

<sup>4</sup> CF. MACEDO, 2016.

instituiu o Programa de (Re)elaboração dos Referenciais Curriculares Municipais da Bahia, construído com professores, durante seis meses do ano de 2020, num contexto de (in)tensas (re)elaborações curriculares e formacionais on-line, ricas em afirmações locais, debates pedagógicos, políticos, éticos, estéticos e culturais realizados pelos coletivos de professores(as) envolvidos nessa ampla e complexa política curricular-formacional. (MACEDO e SILVA, 2022, p.120)

Tendo **como base uma perspectiva formacional**, o Movimento dos PPPs nas Escolas dos Municípios Baianos, propõe, que os sujeitos que atuam na escola, possam **efetivamente serem atores, atrizes, autores e autoras deste processo**, objetivando o fortalecimento do exercício efetivo **da autonomia dos municípios, suas escolas e seus docentes**, conforme preconiza os artigos 12, 13, 14 e 15 da Lei 9.394/96.



**Para fomentar  
com-versações:**

Para pensar sobre os elementos que devemos trazer da prática à escrita do PPP, tomamos como referência o que diz MACEDO (2012, p. 36) adaptando a afirmação sobre o Currículo para o contexto do PPP:

**A perspectiva multirreferencial**, epistemologicamente lógica, **potencializa o trabalho com a heterogeneidade do PPP**. O cotidiano das práticas interativamente constituídas em qualquer circunstância, é que nos revela a emergência constitutiva dos PPPs, **seu pensar, suas políticas e práticas, seus processos** e ressonâncias formativas.

Pensar o PPP é **dialogar sobre o cotidiano a partir de cada escola**, e neste sentido, o processo precisa verdadeiramente **ser com o outro e não sobre o outro**. Neste sentido, convidamos você para as com-versações a seguir sobre os **conceitos fundantes desta práxis formacional** que será por todos nós vivenciada no Movimento de (Re)elaboração dos PPPs.

### 3.1 COM-VERSAÇÕES ETNOCONSTITUTIVAS



**Etno** - trabalha **com** as pessoas e **não sobre** elas.

**Constitutivo** - olha para as experiências constitutivas das pessoas no seu *pensarfazer* as questões educacionais. Compreende que **as pessoas não são idiotas culturais**.

**Etnoconstitutivo** - Teoria-ação-formacional, para fazer o **PPP escabreado** da escola mostrar a sua cara!

Conversa como *com-versação* (MACEDO, 2016) implica em que numa conversa temos acesso a diversas versões pela *narrativa com-versada*. **Cada conversa emerge com uma ou várias versões, ou seja, compreensões sobre o que se conversa.** Há neste encontro, através de *com-versações*, um potente valor heurístico, generativo, de criação, portanto. Isso quer dizer que a *com-versação* é autopoietica, pode ser (in)tensa, autocrítica, intercítica e

intercompreensiva. Nesses três últimos aspectos, as experiências paulofreireanas visando **uma pedagogia problematizadora** a partir das rodas de conversas e dos temas geradores, se tornaram uma **inspiração como uma metodologia político-pedagógica**. Neste veio, o conflito é constituído, fundamentalmente, **para que o outro mobilize sua voz**.

Vale dizer que, nesta perspectiva, o dispositivo *com-versação* assume radical e abertamente um **compromisso de postura crítica**, diríamos mesmo intercítica e pode também compor com os sujeitos e seus segmentos sociais um projeto histórico de **possibilidade emancipacionista** pela crítica às iniquidades.

Nesses termos, **a com-versação é o começo do começo do trabalho etnoconstitutivo** com o PPP e a formação. Nesse processo, a centralidade é o interesse



**Escabreado** – se diz do que é tímido, envergonhado, encabulado, acanhado, ressabiado, desconfiado. Pensar **PPP Escabreado** é pensar em um **documento de gaveta**, que todos sabem que existe e/ou precisa existir mas **não mostra sua cara**. Ninguém sabe, ninguém viu.

em trabalhar as questões político-pedagógicas **escutando sensivelmente** os sentidos e as experiências que brotam da *com-versação*. Busca-se, assim, um processo de *desobjetificação* do PPP, com evidentes potencialidades emancipacionistas.

### 3.2 AUTORIA E AUTORIZAÇÃO EMANCIPACIONISTA

Na medida em que se reconhece que as *com-versações* sobre o PPP trazem consigo políticas de sentido sobre a política pedagógica da escola, acrescidas dos encaminhamentos formacionais, no seu *modo em espiral*, potencializa-se argumentos e proposições, emerge nessa circunstância prática-formacional autorias (criação) e autorizações (tornar-se autor de si). Nesse âmbito, a consciência de autoras(es) do PPP agrega-se **à consciência de que se é capaz de pensar/propor questões e pautas para a constituição de um PPP escolar**, de um PPP para sua escola. Esse é um processo nitidamente emancipacionista. **Desconstrói-se** aqui a *deificação* do especialista em Projeto Político-Pedagógico, **suas palavras de ordem e suas verdades abstratas** sobre esse importante organizador das ações e realizações político-pedagógicas da escola.

### 3.3 INTERCRITICIDADE PROPOSITIVA

Se o trabalho pedagógico de inspiração democrática implica sempre em cultivar o encontro etnoconstitutivo, a crítica deverá sempre ser um acontecimento intercompreensivo, intercultural. Nesses termos, todas(os) envolvidas(os) em questões pedagógicas são potencialmente críticos, nesses termos passam a ser centros de mundos. A (inter)crítica responsável passa a ser uma ação construcionista, propositiva. Da perspectiva da concepção intercrítica de um PPP, este dispositivo pedagógico acolhe seu caráter de construção coletiva. Fundamental que **a intercríticidade nasce da necessidade de que o outro que questiona, propõe, opina e publiciza pontos de vista tenha lugar de voz**. Fonte fulcral de um PPP inaugurado sob a égide de uma prática pedagógica democrática, na qual diferença e o

bem comum socialmente referenciado e referendado são vinculados aos objetivos de um PPP.

### 3.4 ESCUTA SENSÍVEL E TRABALHO COM OS ETNOMÉTODOS DE ATORES E ATRIZES EDUCACIONAIS

**A escuta sensível é a única possibilidade de compreender ações em contextos**, em cultura, seus sentidos, significantes e significados. A escuta sensível tem na sua fonte conceitual a compreensão de que **atores e atrizes educacionais não são idiotas culturais em políticas pedagógicas**. Para todos os fins práticos produzem compreensões, pontos de vista, experiências valorosas (etnométodos<sup>5</sup>) com os quais constroem seus cotidianos político-pedagógicos. Se é assim, cremos nós que **as Escolas têm sua política pedagógica**, sistematizada ou não, concordemos ou não em algum âmbito, **mas que deve ser compreendida** para que se possa trabalhar **um PPP com e não sobre esses saberes**. Nesses termos consensos, criações, contradições, ambivalências, paradoxos, derivas são escutados e trabalhados intercriticamente para se objetivar uma proposta coletivizada do PPP escolar.

### 3.5 (RE)CONTEXTUALIZAÇÃO ETNOCONSTITUTIVAS

Não há como compreender e trabalhar com políticas pedagógicas **sem construir processos de (re)contextualização** das políticas pedagógicas das Escolas e dos coletivos que nela trabalham e instituem essas políticas. Escolas produzem políticas pedagógicas, **não são e nunca foram apenas ecos ou ressonâncias puras** das palavras de ordem dos centros educacionais por mais que possam colocar-se como conservadoras nas suas ações e realizações. Para que compreendamos essas políticas escolares faz-se necessário **comprendermos os contextos em que suas ações e realizações se efetivam**. Há de convir que

<sup>5</sup> Conforme MACEDO, 2016 p. 39.

não é possível compreender ações humanas **fora de contextos socioculturais, históricos e políticos**. Dessa forma, teremos à nossa disposição indicadores importantes para concebermos e construirmos um PPP circunstancializado, pertinente e relevante.

### 3.6 UM PPP EXPERIENCIAL E AUTORAL

Fala-se aqui de um PPP (re)construído a partir e no âmago da experiência pedagógica escolar e dos seus educadores. **Desperdiçar a experiência foi um erro da modernidade científico-pedagógica**. Tornar a experiência fonte de saberes pertinentes, é enriquecer a concepção e a construção do PPP, tornando-o participativo a partir e com o cotidiano das experiências educacionais e formacionais verdadeiramente. Faz-se necessário afirmar, ademais, que **a experiência já é autoral**, pois não existe criação fora da experiência político-pedagógica dos seus atores e atrizes educacionais. Nesse veio e nessa itinerância, nascem em terreno fértil para o aparecimento das *autorizações pedagógicas*: pela experiência dialogicamente compartilhada e constituída, atrizes e atores político-pedagógicos que **tornam-se autoras e autores de si**.

### 3.7 UM PPP ACONTECIMENTAL E TRANSDUTIVO

Não se educa apenas pelo que já está posto. A educação e, por consequência, o pedagógico **nutrem-se do acontecimento**<sup>6</sup>, condição primeira da condição de sermos, com nossas instituições, realidades moventes. O acontecimento é o motor do movimento, é a diferença que se impõe pelo movimento diferenciador. Dessa forma, ao acolhermos intercriticamente o acontecimento, transformamos o PPP em um dispositivo, ou seja, **um ente vivo e transformador, acolhido e discutido permanentemente**, que, valorado, aponta para uma política pedagógica social e culturalmente justa a partir da escola. Como diferença que cultiva o bem comum

<sup>6</sup> Conforme MACEDO, 2016 p.78.



socialmente referenciado e referendado, o PPP abre-se também à *transdução*<sup>7</sup>, ou seja, **ao inusitado**, com potência formacional. **Aqui 1+1 pode emergir como 3.**

### 3.8 UM PPP COSMOPOLITA/GLOCAL

Mais do que nunca a escola e suas/seus educadoras(es) estão **conectadas(os) a vários mundos**. Torna-se assim, uma instituição (in)tensamente relacional. Está atravessada por culturas várias e problemáticas várias, inclusive àquelas ditas globais, mesmo na sua existência local. Lida hoje com saberes do âmbito e da perspectiva de uma *epistemologia complexa*. Ou seja, o conhecimento vem ultrapassando todas as fronteiras criadas pela perspectiva moderna-disciplinar de ciência e de educação. Essa é uma questão ao mesmo tempo política, científica, pedagógica e formacional.

Nesses termos, a educação e a pedagogia escolar estão num processo de afirmação de compromissos formacionais com cidadãos e cidadãs ao mesmo tempo **locais e globais**. Isto posto, cabe aqui a criação de PPPs nos quais essa condição seja uma pauta político-pedagógica para que compreendamos o mundo que vivemos, suas complexidades relacionais e suas tensões sociais ligadas às problemáticas dos direitos humanos, por exemplo, em níveis da cidade e do globo, ou de uma cidadania **cosmopolita/glocal**. Por conseguinte, pertinentes são as perspectivas pedagógicas crítico-transversais e crítico-transingulares, com as quais podemos nos formar lidando com abordagens que aprofundem, verticalizem, mas também que englobem e religuem saberes de uma perspectiva político-pedagógica.

### 3.9 UM PPPFORMACIONAL

Falar de um *PPPFORMACIONAL* é assumir com o PPP **um compromisso inarredável com a formação em processos de qualificação**. Um PPP escolar só se legitima se concebido da perspectiva de uma **formação qualificada**.

<sup>7</sup> Conforme MACEDO, 2016 p.79

Nesses termos, compreender bem o que significa a formação escolar e sua complexidade é uma emergência e um compromisso a serem pontuados com profunda compreensão. De partida, um PPP formacional significa que esse dispositivo pedagógico tem compromissos que qualificam sua concepção, organização e dinamismo mediador a partir e com a formação. Formação aqui não pode ser reduzida à existência de um dispositivo pedagógico tão somente. Argumenta-se em favor de um PPP que não apenas reconheça sua qualidade político-pedagógica como dispositivo, mas saiba compreender a formação como ***experiência aprendente-escolar valorada de pessoas e coletivos concretos***, na qual saberes sociotécnicos, éticos, políticos, estéticos e culturais sejam pleiteados de forma qualificada pelo PPP. Nesse caso o PPP terá que pleitear sujeitos concretos aprendendo, em formação.

### 3.10 UM PPP ENGAJADO E IMPLICADO TOMANDO PARTIDO DA ESCOLA E DOS SEUS EDUCADORES

Valorizar a escola como uma instituição histórica e socialmente necessária, politicamente formacional, significa afirmá-la como um *espaçotempo*<sup>8</sup> de formação da cidadania, num mundo agônico tanto no que concerne aos ataques contra a ciência, a educação emancipacionista, a pautas sustentáveis entre outras conquistas que a humanidade realizou.

Nesses termos, não basta conceber um PPP para a escola pública, **faz-se necessário concebê-lo e implementá-lo a favor da Escola**, engajado e implicado na importância e função social. Faz-se necessário termos a escola como **uma instituição incorporada às lutas pela sua afirmação**, pela sua necessária existência muitas vezes como o único *espaçotempo* de oportunidade e condição para que segmentos sociais submetidos a iniquidades sociais possam ter **acesso a saberes como condição de construção de uma cidadania plenamente participativa**.

<sup>8</sup> Conforme Macedo, 2016 p. 67.



Engajar-se e implicar-se à escola é tomar partido das suas valoradas ações político-pedagógicas.

### 3.11 INSTITUINTES CULTURAIS DO PPP E O PPP COMO INSTITUINTE CULTURAL MUTIRREFERENCIAL

O PPP de uma escola deve ser concebido e perspectivado como uma cultura instituinte da escola. Ou seja, é parte do movimento das suas ações pedagógico-formativas. Ao mesmo tempo **o PPP deve constituir-se a partir das diversas culturas que marcam identitariamente e transversalizam a Escola no seu dia a dia** como instituições plurais e que lidam com a pluralidade inarredável da sociedade.

Assim, o PPP deve ser constituído de forma multirreferencial<sup>9</sup> e refletir nas suas ações a multirreferencialidade inerente a constituição da escola e dos seus saberes.

O mundo das culturas, do trabalho, da produção, as ciências, as artes, a cidade e suas políticas, as ciberculturas, **a diferença irreduzível das pessoas e seus segmentos sociais**, o meio ambiente e a diversidade dos seus entes, devem ser, para a escola, referências a serem implicadas às suas políticas e ações pedagógicas.

### 3.12 UM ETNOPROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CONTEMPORÂNEO COMO PROJETO DE SOCIEDADE?

A escola não é e nem pode ser uma ilha educacional, ou seja, uma instituição solipsista. A escola não pode cultivar e difundir um saber formativo **fora de um projeto de sociedade** comprometido com transformações qualificadas da sociedade a que serve, na sua pluralidade e nos bens comuns que deve constituir através dos saberes escolares. Deste modo, o PPP escolar deve implicar-se a um político-pedagógico que amplia-se quando **compromete-se com a formação cidadã**. Assim, vincula suas ações e pertinência às pessoas, aos seus coletivos e segmentos sociais, **bem como às culturas que compõem o tecido social**. É

<sup>9</sup> Conforme MACEDO, 2000.

assim que podemos falar de um PPP como *etnoprojeto político-pedagógico, concebido como projeto de sociedade*.

#### 4. MOVIMENTO(S) ORGANIZADOR(ES) DO PPP NA/DA ESCOLA

Partindo para as nossas com-versações etnoconstitutivas nas escolas, de escuta sensível e exercício da autoria e autorização emancipacionista, a proposta é que **trabalhem em três movimentos:**

- o primeiro movimento de **Com-versações sobre os Princípios e Compreensão Contextual:** o qual pode contemplar os registros e elaborações que fazem surgir a multirreferencialidade das escolas, incluindo o pensar formação, sobre as perspectivas da política de sentido, incluindo aí a construção de identidade dos sujeitos, e pedagógicas, seus processos de construção, as normas e fundamentos legais que se baseiam para concepção das intencionalidades, como exemplos.
- o segundo movimento de **Com-versações sobre as Necessidades, Demandas Propositivas e Justificativas:** o qual pode contemplar a valorização das experiências irreduzíveis dos sujeitos, as perspectivas de compreensão do processo educacional e a consolidação espaço-temporal da escola, como exemplos.
- terceiro movimento de **Com-versações sobre as Ações Propostas:** o qual pode contemplar as perspectivas sobre o cotidiano das práticas, pensar a partir das aprendizagens, a relação com a referência curricular, a valorização dos etnométodos dos atores sociais, os modos de organização em meio à diversidade da formação e seus princípios, a práxis, seu processo de avaliação, entre outros elementos de exemplaridade.

### Imagem 1 – Movimento formacional em Espiral



Essa exemplaridade e modo de organização também compõem a estrutura do que pensamos para aquilo que deve estar declarado no PPP. E pode servir para agrupar os elementos que são escolhidos de modo implicados, pelo viés Etnoconstitutivo.

Iniciamos nossa conversa neste caderno trazendo os ciclos que sugerimos como fundamentais: **de estudo, reflexão crítica, discussão, registro e elaboração de pontos focais, princípios e textos.** E para isso apresentamos a partir dos movimentos do programa, na perspectiva Etnoconstitutiva, os movimentos e suas descrições.

Para fortalecer esse processo inicial de com-versações político-pedagógicas, além deste caderno, **traremos algumas sugestões de leitura**, que irão dialogar com nossas primeiras **Lives Formacionais**, quando abordaremos as seguintes temáticas:

1. PPP uma reconstrução ou transposição necessária?: Apresentação do Caderno 02: Concepção e construção Projeto Político-Pedagógico (PPP) na/da escola básica: uma proposição em movimento(s);
2. O papel social da escola e o nosso papel na escola: por uma formação para uma educação humanizadora;

3. Princípios e conceitos etnoconstitutivos norteadores da concepção, construção, avaliação e reelaboração do PPP na/da escola;
4. O Projeto Político-Pedagógico: concepção, relevância e a importância da participação da comunidade escolar;
5. Gestão Democrática: direito, conquista e responsabilidade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico;
6. O Projeto Político-Pedagógico e a formação multirreferenciada na/da escola depois de dois anos de atividades não presenciais;
7. Os Referenciais Curriculares e suas interfaces com o currículo escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

#### 4.1 COM-VESAÇÕES PRÁTICAS EM ATOS

Para este primeiro movimento de **Com-versações sobre os Princípios e Compreensão Contextual**, sugerimos a vivência de três atos formacionais, que podem ser ressignificados pelas equipes dos Comitês Locais e dos Comitês Escolares a partir das experiências e especificidades de suas práticas formativas, buscando promover uma escuta verdadeiramente sensível e participativa:

##### 4.1.1 1º Ato Formacional – Estudo do Caderno e textos complementares para elaboração de questões problematizadoras

Compreendemos que a primeira ação por parte dos Comitês Locais de Gestão do Programa é a leitura do Caderno 02 bem como dos textos complementares indicados para elaboração de **Pautas Formacionais junto aos Comitês Escolares**. Este *pensar-fazer* pode ser enriquecido com a **troca de experiências deste processo de elaboração com os demais municípios em cada Núcleo Formativo**, sejam nos encontros coordenados pelos formadores ou por Fóruns proposto no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle. Também cabe destacar que as Lives Formacionais serão momentos de aprofundamento destes **estudos**.

É importante a disponibilização do Caderno 02 e dos textos complementares para os Comitês Escolares<sup>10</sup> com **orientações de estudos** a partir de Pautas Formacionais definidas previamente.

Cada Comitê Local de Gestão do Programa, tendo como base suas especificidades de rede, **pode organizar um ou mais encontros** (depende das especificidades e pautas formacionais definidas), em forma de seminário e/ou oficinas, para compartilhamento e aprofundamento dos estudos realizados através de com-  
versações;

Dentro deste ou destes encontros, a partir dos estudos, é importante uma dinâmica de elaboração de questões problematizadoras para que os Comitês Escolares trabalhem com a **escuta** sensível da comunidade escolar. O intuito é provocar, a partir da problematização das realidades escolares, o movimento de escrita dos **princípios e da compreensão contextual**, na perspectiva de (re)contextualização etnoconstitutivas.

Importante a partir deste ato, elaborar um cronograma de atividades a serem realizadas para as com-versações e a escuta sensível com a comunidade escolar.

Elementos organizadores	Elementos disparadores vinculados ao Projeto Político-Pedagógico
Princípios	Bases legais (Normativas nacional, estadual e locais); concepção de ser humano, sociedade, mundo em relação do Projeto Político-Pedagógico da Escola; concepção de crianças, de educação, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, modalidades da educação, organização dos tempos, dos ambientes, dos espaços etc; concepção pedagógica e de currículo;

<sup>10</sup> Importante destacar aqui que a leitura do caderno e textos precisa ser realizada pelos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores, e a partir desta leitura, os conceitos serão vivenciados através das estratégias de escutas e atividades práticas pelos demais membros dos Conselhos Escolares e comunidade escolar.

<p><b>Compreensão contextual</b> <b>Cartografia da Escola</b></p>	<p>– da</p> <p>Características sociais, culturais e físicas da cidade, do bairro e/ou do território onde a escola está inserida; o histórico, as características da escola (organização da gestão pedagógica, tempo de trabalho coletivo dos professores, autonomia dos estudantes, horários das atividades, espaços físicos, equipamentos e recursos financeiros), os parceiros da gestão da escola (como Conselho Escolar, grêmio estudantil ou entidades externas) e os projetos desenvolvidos na unidade; as características socioeconômicas e culturais da comunidade escolar (famílias, associações de bairro etc.), incluindo a relação dos responsáveis com a escola; o perfil e o número de profissionais e alunos, a fim de garantir equidade e uma educação inclusiva; levantamento dos indicadores educacionais de acesso (matrícula e evasão), de fluxo (reprovação, distorção idade-série) e de aprendizagem (resultados do Saeb e demais avaliações internas e externas, com análise por componente curricular e por ano).</p>
-----------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado do Guia para Gestores Escolares: Orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos

#### 4.1.2 2º Ato Formacional – Orientações para organização dos encontros dos Comitês Escolares com a comunidade escolar

Este sem dúvidas é o ato fundante do processo de elaboração do PPP. A escuta sensível dos atores e atrizes educacionais imersos nos contextos educacionais de cada escola. Veja que trazemos dentro deste movimento dos PPPs **o conceito de escuta**, e não consulta. Em geral, o que vivenciamos são atos de consulta sobre elaborações pensadas por grupos eleitos, muitas vezes de consultorias ou representações (nem sempre tão representativas) da comunidade escolar.

O que propomos aqui, é uma verdadeira ruptura com a **cultura cristalizada de consultas** que quase nunca permitem verdadeiramente a expressão das vozes dos atores e atrizes educacionais. Um exercício **efetivo de ruptura dos atos de meras consultas**, que visam apenas legitimar o que grupos de eleitos pensaram a partir de referências, muitas vezes expressos em cartilhas operacionais, que enxergam os sujeitos educacionais como executores de tarefas. Reforçamos que nessa proposta **atores e atrizes educacionais não são idiotas culturais em políticas pedagógicas.**



Para isso, é fundamental *pensarelaborar* estratégias didático-pedagógicas que promovam uma escuta verdadeira de todos os membros da comunidade escolar. Neste sentido, compreendemos que não basta a elaboração de formulários online ou questionários, e sim a promoção de *espaçostempos* de efetiva escuta.

Pensar em *espaçostempos* *formacionais* que possam na perspectiva de elaboração de uma **cartografia da escola**, expressar a partir do movimento de cata-ventos as vozes dos estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), dos familiares dos estudantes, profissionais da educação e da comunidade local no entorno da escola.



Fazer a **cartografia** é, pois, a arte de **construir um mapeamento sempre inacabado**, aberto, composto de diferentes linhas, “conectável, desmontável, reversível, **suscetível de receber modificações constantemente**” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 21)

É muito importante **o papel formacional dos pedagogos e pedagogas** inseridos neste processo, ajudando a pensar *espaçostempos formacionais* por meio de ciclos de estudo, oficinas, ateliês, reflexões críticas, fóruns de discussões, pensando formatos que melhor convenha às realidades escolares, buscando registro e elaboração de pontos **focais com intuito da escrita dos princípios e compreensão contextual.**

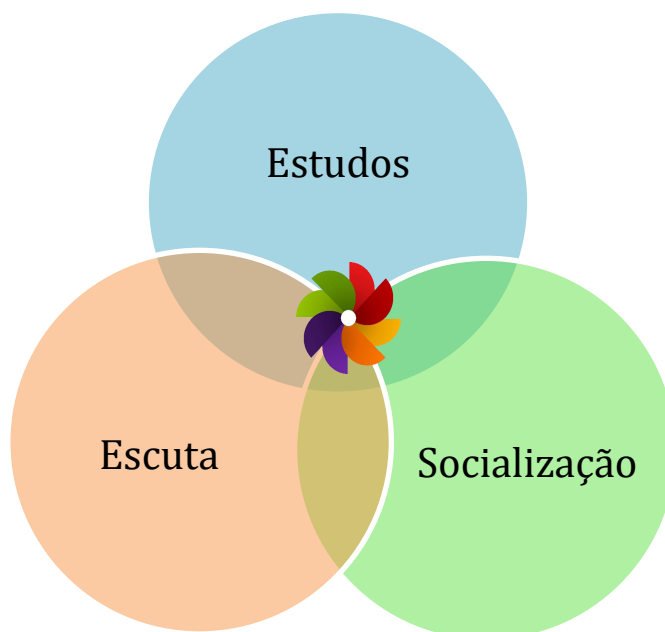
Para este momento, as questões problematizadoras serão submetidas à construção, a partir da dialogicidade, sendo estas fruto do esforço autoral do coletivo em transformar as problematizações em sínteses das realidades a partir dos registros escritos, com os realces das proposições da coletividade.

O intuito com estes *espaçostempos formacionais* de com-versações é acolher as vozes dos atores e atrizes educacionais, sem juízo de valor. No segundo movimento do nosso Programa, de **Com-versações sobre as Necessidades, Demandas Propositivas e Justificativas** iremos trabalhar com a sistematização das demandas propositivas evidenciadas nas vozes destes sujeitos.

### 4.1.3 3º Ato Formacional – Socialização das experiências acontecimentais de escutas sensíveis

A proposta é que, não apenas ao final, **mas também durante o processo**, o Comitê de Gestão Local do Programa, possa nos encontros com os Comitês Escolares ir promovendo **momentos de troca de experiências**, compartilhamento das estratégias didático-pedagógicas que estão sendo vivenciadas para as escutas sensíveis de cada segmento da comunidade escolar, **fortalecendo as ações do Movimento do Cata-vento** no município.

Imagem 2 - Representação imagética das com-versações prática em atos



Ao final, após o esforço coletivo, experiencial e autoral do Comitê Escolar e da comunidade escolar, sugerimos um **seminário de socialização para celebração destas experiências**.

## 5 O DEVER DO MOVIMENTO CATA-VENTO

No próximo Caderno, trataremos orientações sobre o movimento de **Com-versações sobre as Necessidades, Demandas Propositivas e Justificativas**, onde faremos a sistematização das Demandas Propositivas a partir



das vozes dos atores e atrizes educacionais levantadas neste primeiro movimento, e também orientações sobre o movimento de **Com-versações sobre as Ações Propostas**. Além disso, compartilharemos exemplaridades sobre as possibilidades de estruturação da escrita do PPP.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto\\_1932.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf). Acesso em 21/05/2022.

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 25 maio.. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em 25 de maio. 2022.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal do Brasil 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm). Acesso em 25 de mai. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP22\\_2DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP22_2DEDEZEMBRODE2017.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2022.

DELEUZE, Giles. **O que é um dispositivo**. Disponível em [https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos\\_dispositivos/programa/deleuze\\_dispositivo](https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo). Acesso em 24/05/2022.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. São Paulo: Ed. 34, v.3,1996.

FREIRE, P. SHOR, I. **Medo e Ousadia**: o cotidiano dos professores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Conscientização:** teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez Editora, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político Pedagógico.** In: Educação em Revista. SINEPE/RS: 1998, p. 14 - 31.

NÓVOA, Antonio. **Escolas e Professores:** Proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Tomar partido da escola e dos seus educadores:** do escárnio político da escola sem partido à dignidade da escola autorizante. Salvador: Edufba, 2021.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A teoria etnoconstitutiva de currículo:** teoria-ação e sistema curricular formacional. – Curitiba: CRV, 2016.

MACEDO, Roberto Sidnei; SILVA, Renê. **Coletivos de professores(as) em formação instituindo políticas de currículo.** In: SANTOS, Jocyléia Santana dos; VEIGA, Ilma Passos (org). Formação de professores para a Educação Básica. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p. 119-147.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2012

VEIGA, I. P. A. (Org) **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível, Papyrus Editora, 24ª Edição, Campinas – SP. 2005.